

**Relatório da Audiência n.º 13 - COF- XIV**

**Dia:** 5 de novembro de 2021

**ENTIDADE:** *ANTROP - Associação Nacional de Transportes de Passageiros*

Dr. Luis Cabaço Martins, Presidente do Conselho Diretivo

Dra. Sónia Ferreira, Vice-presidente do Conselho Diretivo

Arq.ª Ana Luisa Monteiro, Vice-presidente do Conselho Diretivo

**ASSUNTO:** Propostas no âmbito da discussão da PPL 61/XIV/2.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2021.

**Recebida pelos Senhores Deputados:**

- Alberto Fonseca (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Hugo Carvalho (PS)
- Carlos Silva (PSD)
- Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
- Bruno Dias (PCP)

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Alberto Fonseca, abriu a audiência saudando os representantes da delegação ANTROP e dando nota do modo de condução dos trabalhos, posto o que deu a palavra ao seu Presidente para uma intervenção inicial.

O Presidente da ANTROP começou por explicar que a sua exposição de dividiria em duas partes: a primeira sobre matéria relativa ao transporte público na perspetiva dos utilizadores, e a segunda, sobre as empresas do setor.

Relativamente ao primeiro ponto, começou por expressar a opinião de que as verbas alocadas ao setor, no Orçamento do Estado para 2020 (e Orçamento Suplementar), foram insuficientes porque houve uma quebra substancial da procura em virtude da pandemia. Referiu ainda que parte das verbas, canalizadas pelas Autoridades de

Transportes, foram utilizadas para outras finalidades. Proferiu alguns comentários sobre Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) e sobre o PROTransP.

Esclareceu que diferentes razões explicam as insuficiências encontradas. Assim, no caso das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o aumento da oferta foi superior ao da procura, recordando que as Autoridades de Transporte requisitaram aos operadores de transporte, a partir de setembro, uma oferta correspondente a 100% face ao período pré-pandemia. Acresce que se mantém uma limitação da lotação de 67%, donde, a reposição da totalidade da oferta corresponde, na prática, a 130%.

Já fora das áreas metropolitanas, os problemas decorrem, essencialmente, da reabertura de algumas escolas e dos custos acrescidos relacionados, por exemplo, com os desfasamentos dos horários. Realçou, igualmente, a insuficiência das verbas disponíveis no âmbito do PART, salientando ainda que as verbas afectas ao transporte escolar se inserem na rúbrica geral de apoios sociais (Fundo Social Municipal), a qual, devido à pandemia, foi desviada para outras rúbricas.

Deste modo, entende a ANTROP ser necessário introduzir no Orçamento do Estado para 2021 (OE 2021) medidas adequadas de financiamento do transporte público que permitam assegurar os serviços essenciais e o transporte das populações de acordo com as normas de segurança sanitária. Para o efeito, propõem que o OE 2021 consagre um aumento das verbas de financiamento a atribuir às Autoridades de Transporte, de 100 milhões €, correspondente a um acréscimo de 40% das verbas do PROTransP, do Fundo Social Municipal (que contempla as verbas para o transporte escolar) e do PART.

Prosseguiu, defendendo a implementação de medidas consideradas necessárias para garantir a sustentabilidade económico financeira do setor, nomeadamente as seguintes:

- Medidas de diferenciação positiva do preço dos combustíveis, visando o incentivo à utilização dos transportes públicos, nomeadamente a instituição do regime de gasóleo profissional para o transporte público de passageiros, à semelhança do que sucede em muitos países europeus.
- Medidas complementares de apoio às empresas incluindo as medidas de apoio à renovação da frota que possibilite também, a substituição de viaturas antigas por

outras, novas e menos poluentes. Saliu, a propósito, as dificuldades das empresas em beneficiarem do programa POSEUR, dado o seu nível de descapitalização.

- Isenção de aplicação da taxa de carbono no Transporte Público de Passageiros.
- Outras medidas de natureza fiscal propondo-se alterações na tributação autónoma, no regime das mais valias, no imposto de selo, no IVA e medidas de compensação de créditos.

A primeira intervenção do período de debate coube ao Senhor Deputado Hugo Carvalho (PS) que começou por sublinhar o difícil equilíbrio do binómio procura-oferta, neste sector, num período extraordinário e particularmente exigente como aquele que atravessamos, sobretudo pela dificuldade em manter o fluxo de pessoas que utilizam de transportes públicos. Prosseguiu, tecendo algumas considerações sobre o PART, notando que o programa tem várias fontes de financiamento, para além do Orçamento do Estado. Saliu o esforço do país e do Governo para fazer face às dificuldades da grave crise de saúde pública que vivemos, destacando igualmente, a dificuldade em aferir a eficácia das medidas, neste período excecional. Questionou a ANTROP quanto à proposta de distribuição regional dos 100 milhões € de investimento, que identificaram na intervenção inicial, nomeadamente no que respeita à repartição entre as áreas metropolitanas e o restante território. Informou que o seu grupo parlamentar (GP) se comprometia a analisar e acompanhar algumas das questões específicas que foram abordadas pela ANTROP, adiantando que consideram relevante a proposta que visa tornar mais célere os pagamentos do Estado, nomeadamente através da agilização de mecanismos de conta-corrente. Notou, todavia, que existem outros desígnios importantes no quadro das políticas públicas amigas do ambiente destacando, a este propósito, a importância da taxa de carbono para cumprir os objetivos de descarbonização da economia. Referiu finalmente, as condicionantes de natureza orçamental.

De seguida, o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) recordou que, na sua última audição no Parlamento, no âmbito do processo orçamental, o Ministro do Ambiente e Ação Climática afirmou que “estava tudo bem”, o que, do seu ponto de vista, contrasta em muito com o relato da ANTROP. Destacou o problema que resulta de colocar ao serviço da população 100% da frota com uma procura muito reduzida, a que acresce a

dificuldade da restrição de circulação de 67%, com um impacto significativo na receita. Nesse sentido, disse compreender as solicitações da associação porque está em causa a manutenção do serviço público e também a saúde pública. Considera que também nesta matéria há uma emergência nacional e que, a ANTROP colocou bem “o dedo na ferida”. Subscreveu, igualmente, as propostas enunciadas na segunda parte da intervenção, relativas às medidas de apoio à sustentabilidade do setor.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) começou por sublinhar a importância do serviço público de transporte. Sobre o PART, considera que o está em causa não é o alargamento do seu alcance, mas a sua sustentabilidade económico-financeiro. Aproveitou para comentar a resposta do Ministro do Ambiente e Ação Climática à pergunta do PCP no Parlamento, no dia anterior, reiterando o alerta para o que considera serem equívocos das contas do Governo. Mais disse que também duvidam do pressuposto de recuperação da procura, porque consideram que a realidade não aponta nesse sentido. Aproveitou para questionar a ANTROP sobre a sua expectativa quanto à evolução da procura. Considera que há, de facto, necessidade de reforço da oferta e consequentemente, de reforço do orçamento e que este é o tempo certo para tomar as medidas certas. Referiu também que a estimativa de valor apurado pelo PCP, de 90 milhões €, se aproxima da que foi identificada pela ANTROP. Teceu algumas considerações sobre o PROTransP, e defendeu a importância do transporte público de passageiros para as políticas sociais e de coesão territorial. No que concerne ao investimento, destacou a existência de diversos instrumentos de financiamento, nomeadamente os fundos comunitários, aproveitando para questionar a ANTROP sobre eventuais recomendações, no que respeita ao desenho futuro destes fundos e à regulamentação do próximo quadro financeiro. Concluiu saudando os contributos da ANTROP.

Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente devolveu a palavra ao Presidente da ANTROP para uma intervenção final.

O Presidente da ANTROP começou por esclarecer que a afetação regional das verbas, incumbe às Autoridades de Transporte. Consideram, porém, essencial, um reforço das verbas nas regiões fora das áreas metropolitanas, onde se regista um maior défice financeiro. Sobre o PART, confirmando a importância da diversificação das fontes de receita, para além da orçamental, incluindo as receitas de bilheteira, reiterou, todavia, a necessidade de, excecionalmente, enquanto durar a atual situação,

ser necessário reforçar verbas, para garantir transportes públicos seguros e para todos. Esclareceu que apoiam as medidas de descarbonização da economia, mas que estas devem ser enquadradas no contexto específico do setor dos transportes públicos, notando que estes só consomem 4% do total dos combustíveis sólidos. Voltou a referir a necessidade de se tomarem medidas que promovam a diferenciação positiva dos transportes públicos, tendo em conta o papel fundamental que os mesmos desempenham a nível ambiental, social, de mobilidade, entre outros. Lembrou que o pior cenário seria o de não ter pessoas nos transportes e que, se o objetivo é o de mudar o paradigma, então devem ser tomadas as medidas adequadas.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pela ANTROP, posto o que encerrou os trabalhos.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente as propostas apresentadas pela Associação e a gravação, pode ser consultada na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 4 de novembro de 2021

O Vice-Presidente da Comissão



Alberto Fonseca

